

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Fornecedor não garante nem a sua operação](#) 2

Folha de S. Paulo

[Título: DEM engorda bancada e desidrata o PSB](#) 8

Valor Econômico

[Título: União desiste de conselho da Eletrobras](#) 18

[Título: MP do risco hidrológico poderá ser editada nesta semana](#) 19

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo2

Título: Fornecedor não garante nem a sua operação 2

Título: Angra 1 e 2 não têm como pagar combustível 3

Título: Acordo amplia conteúdo nacional nas plataformas 5

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães..... 6

Título: Notas 6

Título: Grupo troca nome de empresa de bionergia..... 7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo8

Título: DEM engorda bancada e desidrata o PSB..... 8

Título: Holandesa faz novo acordo de leniência com Procuradoria 10

Título: Resíduos elevam receitas no etanol de milho 12

VEÍCULO: Correio Braziliense14

Título: Gasolina abaixo de R\$ 4? Saiba onde encontrar.....	14
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: ANP propõe elevar a 40% conteúdo local de contratos antigos no setor de petróleo	16
Título: União desiste de conselho da Eletrobras.....	18
Título: MP do risco hidrológico poderá ser editada nesta semana	19
Título: Projetos do PPI ignoram a gestão de riscos climáticos.....	21
Título: Construção prevê expansão de 2% em 2018.....	22
Título: Samarco obtém licença para obras em nova cava.....	23
Título: Agetransp não dá aval a conta parcial da Supervia	24
Título: Curtas	25
Título: Destaque	26
Título: Petros pode ser assistente de acusação do MPF em processos de J&F e Eldorado	26

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Fornecedor não garante nem a sua operação

A empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estatal que detém o monopólio de processamento do urânio no Brasil e que é a única fornecedora do combustível para Angra 1 e 2, ainda não tem garantia de que poderá manter suas operações até o fim de 2018, por conta dos calotes da Eletronuclear e, paralelamente, dos cortes em seu orçamento.

Cada recarga de combustível de Angra 1 e 2 custam, em média, R\$ 519 milhões. O abastecimento é feito de forma intercalada entre as usinas, a cada dois anos. Em 2015, a INB deixou de receber R\$ 81 milhões da Eletronuclear. Em 2016, houve nova frustração de caixa e a estatal ficou sem receber mais R\$ 121 milhões. As dívidas se avolumaram com os atrasos deste ano, levando a Eletronuclear a firmar um acordo com a INB para quitar uma dívida total de R\$ 654 milhões.

Por meio de nota, a INB informou que “a Eletronuclear está cumprindo parcialmente o acordo” e que, até novembro, pagou R\$ 566 milhões dessa conta. “Há expectativa de que efetue mais um pagamento na ordem de R\$ 40 milhões, em dezembro. Este acordo possibilitará a INB dar continuidade as operações em 2017 e início de 2018”, informou a estatal.

Procurado pela reportagem, o **Ministério de Minas e Energia** informou que cabe ao Grupo Eletrobrás comentar o assunto. Por meio de nota, a estatal reconheceu a crise. “De fato, temos problemas de caixa ocasionados pela cobrança antecipada do financiamento de Angra 3, dado que a obra está parada e, além de não gerar caixa, ainda gera despesas de manutenção”, afirmou o grupo.

O BNDES diz que tem envidado esforços na estruturação de uma solução para Angra 3 A Caixa Econômica Federal não se manifestou até o fechamento desta reportagem. A. B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Angra 1 e 2 não têm como pagar combustível

Superendividada, Eletronuclear dá calote de R\$ 70 milhões em fornecedora

A Eletronuclear está em vias de entrar em colapso financeiro, uma crise que já resulta em uma série de calotes milionários a fornecedores e agora ameaça paralisar as operações das usinas nucleares de Angra 1 e 2, no Rio de Janeiro.

Completamente endividada, a estatal controlada pela Eletrobrás está sem recursos para comprar, inclusive, o insumo básico para seu funcionamento: as pastilhas de urânio usadas como combustível na geração de energia.

Quem reconhece e detalha o drama em que se meteu a única operação nuclear do País é o próprio presidente interino da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães. O Estado teve acesso a uma carta enviada na semana passada pelo chefe da estatal à diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

No documento, Guimarães explica a “grave situação econômico-financeira” da empresa e deixa claro que, se nada for feito, “as usinas nucleares brasileiras terão sua geração elétrica interrompida em 2019”.

A origem da crise está nos custos bilionários atrelados às obras da polêmica usina de Angra 3, um projeto que já consumiu R\$ 7 bilhões e hoje, mesmo

paralisado e sem perspectiva de conclusão, passou a produzir novas dívidas milionárias todo mês, consumindo recursos das duas usinas que já funcionam no complexo de Angra.

O calote da Eletronuclear com fornecedores não envolvidos com a Operação Lava Jato, ou seja, empresas que efetivamente têm direito a receber por serviços prestados, chega a cerca de R\$ 50 milhões, conta que ainda não inclui os gastos com a compra de urânio.

Guimarães afirma que “essa situação, que já era crítica, veio a ser agravada severamente”, porque o BNDES decidiu não renovar, em outubro, uma cláusula contratual de financiamento que amenizava as parcelas de seu empréstimo, o qual chega a um valor total de R\$ 2,65 bilhões já liberados para a estatal.

Com essa mudança, o pagamento saltou de R\$ 7 milhões para R\$ 30 milhões por mês, o que representa aproximadamente 12% da receita bruta mensal recebida pela geração elétrica de Angra 1 e 2.

A cobrança derrubou o caixa e comprometeu os pagamentos que a Eletronuclear faria em outubro, novembro e dezembro para a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estatal que produz o combustível das usinas de Angra.

O resultado é que hoje a INB cobra uma fatura atrasada que chega a R\$ 74 milhões, referente a combustível já entregue para as turbinas das usinas. Essa dívida foi confirmada à reportagem pela INB.

Agravamento.

O presidente interino da Eletronuclear admite que a situação pode se agravar, caso a Caixa, que já emprestou outros R\$ 2,92 bilhões para a estatal usar em Angra 3, decida executar seu contrato a partir de julho de 2018, com cobranças mensais de R\$ 25 milhões. Para evitar a cobrança, a diretoria da Eletronuclear enviou uma carta à Caixa para pedir um aditamento ao contrato, alterando a data de início dos pagamentos para cinco anos após o saque da primeira parcela.

O cobertor curto faz com que a Eletronuclear tenha de escolher o que pode pagar. Neste último trimestre, ao quitar a conta do BNDES, teve de ignorar diversos fornecedores. Parte do combustível das usinas fornecido pela INB já foi comprada para o ano que vem, mas presidência da estatal deixa claro que, se nada for feito, “as usinas nucleares brasileiras terão sua geração elétrica interrompida em 2019”.

De forma categórica, a empresa culpa Angra 3 pelo caos financeiro. “Os problemas enfrentados pela Eletronuclear se devem e exclusivamente aos

passivos decorrentes de Angra 3. A empresa, se limitada a Angra 1 e Angra 2, teria muito boa saúde financeira sem nenhuma ameaça à sua continuidade operacional”, diz Guimarães.

Reportagem publicada pelo Estado em junho revelou que estudos do governo apontam que seria necessário injetar mais R\$ 17 bilhões para concluir Angra 3, usina que está com 58% de seu projeto executado. Desistir dela, por outro lado, custaria R\$ 12 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Acordo amplia conteúdo nacional nas plataformas

Em troca por Repetro, base governista sobe taxa local de 25% para 40%; regras valem para leilões de 2005 a 2015.

Para conseguir aprovar a extensão do regime aduaneiro especial, Repetro, que isenta importações no setor de óleo e gás no Brasil, reduzindo assim as vendas da indústria nacional, a bancada de parlamentares do governo fechou um acordo com a indústria de máquinas e equipamentos.

Foi combinado um aumento no conteúdo nacional das plataformas de petróleo, em troca de menor pressão sobre os parlamentares por mudanças de regras, informou o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), César Prata. “Eles (parlamentares) deixaram bem claro que, se não fizéssemos mais pressão nos deputados, dariam o que quiséssemos em troca.

Optamos por conseguir mais conteúdo local nas plataformas, que têm grande concentração de equipamentos. Era 25% e agora é 40%”, declarou. “Essas novas regras para conteúdo local agora vão virar projeto de lei, elas foram escritas a mais de dez mãos e já passaram pelo Ministério do Planejamento”, disse.

A Abimaq, assim como outras entidades que reúnem fornecedores de bens e equipamentos para a indústria do petróleo, tentava aprovar junto a parlamentares a emenda 12 da Medida Provisória do Repetro (MP 795/2017). Ela determinava que o benefício aduaneiro somente seria aplicado se não houvesse produto similar nacional.

De acordo com Prata, em reunião com os parlamentares foi feito um acordo para que os empresários exercessem menos pressão na votação do Repetro. Em troca, seria dada maior proteção para a indústria nacional no projeto de lei

sobre conteúdo nacional para a indústria de óleo e gás, que também deverá entrar logo em votação.

Regras.

Para acelerar o processo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que discute há meses as novas regras do conteúdo nacional, convocou às pressas uma entrevista ontem. Na entrevista, o diretor geral da ANP, Décio Oddone, afirmou que as medidas seriam apenas para os contratos de leilões passados, realizados entre 2005 (3.ª Rodada) e 2015 (13.ª Rodada). Nesse período, as regras para conteúdo nacional foram endurecidas.

Oddone afirmou que pelas novas regras devem ser contratadas 22 plataformas de petróleo para atender aos cerca de 200 contratos que aguardam por um waiver (isenção) do conteúdo nacional. A mudança atrairia para o Brasil investimentos de R\$ 200 bilhões até o início da próxima década.

A ANP informa que para os próximos leilões estão valendo as regras que seriam utilizadas na 14.ª Rodada de Licitações, ocorrida em setembro de 2017. A diferença entre as duas normas está no percentual de conteúdo local na construção de plataformas, o maior custo de uma campanha de exploração e produção petroleira.

Na 14.ª Rodada de Licitações da ANP, em setembro deste ano, foi exigido apenas 25% de conteúdo nacional. Segundo as regras do novo acordo, a exigência será de 40%, percentual que beneficia a indústria local.

A ANP nega a relação com o acordo divulgado pela Abimaq e em nota informou que “a proposta tornada pública vem sendo discutida com as entidades do setor há meses e não tem relação com qualquer outra discussão.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

Neoenergia caminha para suspender oferta de ações

Atrês dias de precificar sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), a Neoenergia caminha para suspender a operação. Mesmo sem demanda no intervalo proposto, de R\$ 15,02 a R\$ 18,52, comenta-se que há resistência dos acionistas, em especial o Banco do Brasil (BB), em reduzir o preço para tentar emplacar a oferta. Paralelamente, nos bastidores, o sindicato de bancos que

trabalha na oferta já teria proposto em reduzir consideravelmente o preço, mas mesmo assim houve dúvidas quanto à demanda.

Além do BB são acionistas da empresa a espanhola Iberdrola e Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB). Investidores estariam mais interessados em outras operações que se realizam no mesmo período e que apresentam, atualmente, um maior apelo, dada a proposta de crescimento mais clara. Nesta semana serão precificados os IPOs de BR Distribuidora e Burger King Brasil, além da oferta subsequente (follow on) da Sanepar. Procurada, Neoenergia, não comentou.

» Quase lá.

Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) estão na reta final das negociações com as montadoras para o reajuste de preços do aço para 2018. O aumento deverá ser da ordem de 25%, conforme o almejado, e será aplicado a partir do início do ano. Em 2017, as siderúrgicas subiram seus preços entre 25% e 28%. Procurada, a Usiminas disse que mantém sua posição para um reajuste de 25% e esclarece, ainda, que as negociações com cada cliente seguem normalmente. Já a CSN não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Grupo troca nome de empresa de bioenergia

Odebrecht Agroindustrial passa a se chamar Atvos; mudança tenta desassociar empresa de Lava Jato e corrupção

Após Odebrecht Realizações Imobiliárias virar OR, agora é a vez da Odebrecht Agroindustrial mudar de nome. A partir de hoje a empresa de bioenergia passa a se chamar Atvos – marca escolhida num processo que durou três meses. A medida faz parte de uma estratégia que o grupo criou para tentar desvincular o nome “Odebrecht” dos esquemas de corrupção deflagrados pela Operação Lava Jato. A próxima a passar pela mudança deve ser a Odebrecht Óleo e Gás.

O objetivo é criar condições atraentes para a entrada de novos investidores e abertura de capital das empresas. “A mudança de nome segue o entendimento de que a Odebrecht quer ser uma holding e cada uma de suas empresas terá independência para fazer o melhor para o negócio”, diz o presidente da Atvos, Luiz de Mendonça.

Fundada em 2007 como ETH Bioenergia, essa é a segunda troca de nome da empresa. Na primeira, em 2013, a situação era bem diferente. O grupo vivia uma fase de forte expansão e tinha prestígio no mercado. Foi nesse ambiente que as companhias passaram a incorporar o nome Odebrecht em todas as atividades. Na época, a ETH foi batizada de Odebrecht Agroindustrial.

Renegociação.

Mendonça garante que a reputação da agora Atvos foi mantida já que nenhum executivo foi questionado na Lava Jato. Além disso, a companhia passou por um processo de reestruturação da dívida no ano passado, que envolveu a capitalização pela Odebrecht S.A. de R\$ 4,6 bilhões. “Com isso, conseguimos alongar o endividamento que antes era de 3 anos para 13 anos e voltamos a ter capacidade de ser independente para gerir a dívida com a própria geração de caixa”, diz.

Atualmente a empresa, que faturou R\$ 4,4 bilhões na última safra, tem oito usinas em operação e mais de 11 mil empregados. Tem capacidade para moer 36 milhões de toneladas de cana. Na safra 2016/2017, a empresa processou 28,3 milhões de toneladas. “Somos o segundo maior produtor de etanol do Brasil e o maior de geração de energia com biomassa”, afirma o presidente da empresa.

Segundo o executivo, as conversas com potenciais investidores já começaram e incluem tanto estrangeiros como grupos nacionais. Mas ele afirma que ainda não há nada concluído. “Queremos um novo sócio para acelerar o processo de investimentos, que a companhia poderia fazer sozinha, mas de uma forma mais lenta”. Hoje, apesar de ainda ter capacidade de ampliar a produção, há necessidade de investir no campo. Na última safra, a empresa aplicou cerca de R\$ 600 milhões especialmente na renovação dos canaviais.

Além disso, a cada 5 ou 6 anos, é preciso renovar a frota. Outro ponto importante, destaca Mendonça, é que a entrada de um novo sócio não exclui a possibilidade de abertura de capital da Atvos, o que pode ocorrer dentro de um prazo de dois anos. A empresa já tem um assessor financeiro contratado para analisar alternativas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: DANIEL CARVALHO, TALITA FERNANDES e GUSTAVO URIBE - DE
BRASÍLIA

Título: DEM engorda bancada e desidrata o PSB

Até oito deputados devem se filiar ao partido do presidente da Câmara até quinta, data da convenção do DEM

Hoje, a sigla tem a sétima maior bancada da Câmara, com 29 deputados; com trocas, pode ter mais de 35

O DEM deu início ao movimento de engorda de sua bancada na Câmara dos Deputados e consequente desidratação do PSB. O primeiro a anunciar filiação foi o deputado federal Danilo Forte (CE), que já havia rompido com o PSB e estava sem partido.

Assim como ele, outros seis a oito deputados devem se filiar ao DEM até quinta-feira (14), quando o partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), e do ministro da Educação, Mendonça Filho (PE), realiza convenção.

Nesta primeira onda migratória devem entrar no DEM os deputados Tereza Cristina (MS), Fabio Garcia (MT) e Adilton Sachetti (MT) - que já deixaram o PSB -, José Reinaldo (MA), Heráclito Fortes (PI) e Marinaldo Rosendo (PE), que ainda integram a bancada da sigla.

Eles vão trocar de partido antes de março, mês da "janela" em que políticos poderão mudar de legenda sem risco, e por isso, há possibilidade de perda do mandato por infidelidade partidária.

Segundo Danilo Forte, a mudança imediata se deve à intenção de integrar o comando do partido. Ele explica que, pelo estatuto do DEM, os interessados em integrar as executivas regionais e nacional têm que se inscrever até seis dias antes da convenção.

O DEM também negocia a migração do **ministro Fernando Bezerra Filho (Minas e Energia)**, mas a questão ainda não está resolvida. A previsão era que o ministro seguisse os passos do pai, o senador Fernando Bezerra Coelho (PE), que deixou o PSB para ingressar no PMDB.

No entanto, aliados do senador dizem que a situação do PMDB pernambucano não está tranquila por causa da disputa por espaços e, assim, Bezerra Filho retomou o diálogo com o DEM.

JANELA

Até março, pelo menos outros quatro parlamentares devem deixar o PSB para integrar o DEM. Entre os nomes negociados para trocar de sigla estão os

deputados Átila Lira (PI), Rodrigo Martins (PI) e Tenente Lúcio (MG). Hoje, o DEM é a sétima maior bancada da Câmara, com 29 deputados. Fica atrás de PMDB (60), PT (57), PP (46), PSDB (46), PR (37) e do próprio PSB (33).

Com as migrações dos próximos dias e desconsiderando movimentações em outras siglas, o DEM deve ter 36 deputados, passando à sexta posição no ranking de tamanho de bancadas. O PSB passa a ter 30 deputados (7o).

Com as mudanças previstas para o início do ano que vem, o DEM passa para a quinta posição, com 40 deputados — um integrante da cúpula do partido diz que pode se chegar a 45 deputados.

Já o PSB ficaria com apenas 26 deputados. Os planos do DEM para a eleição presidencial do ano que vem ainda não estão fechados. Há no partido quem defenda que o DEM tenha um candidato próprio à Presidência da República.

No entanto, há os que propõem uma composição de Rodrigo Maia com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD). Tradicionalmente, o DEM integra a aliança do candidato do PSDB, que, em 2018, deve ser o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O tucano assumiu a presidência da legenda em convenção realizada no último sábado (9).

BRIGA

A disputa por nomes do PSB já foi motivo de briga entre DEM e PMDB.

Em setembro, Rodrigo Maia chegou a acusar o presidente nacional do PMDB, Romero Jucá, e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral) de atuarem para enfraquecer e evitar o crescimento do DEM.

O primeiro capítulo da disputa entre o partido do presidente da Câmara e do presidente Michel Temer (PMDB) aconteceu em julho.

A época, quando percebeu o assédio do DEM para inflar sua bancada, Temer foi à casa da então líder do PSB, Tereza Cristina (MS), para oferecer o PMDB como legenda para receber os cerca de 15 insatisfeitos do partido.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: RICARDO BALTHAZAR DE SÃO PAULO

Título: Holandesa faz novo acordo de leniência com Procuradoria

Acerto com a SBM, que pagou propina para fazer negócios com Petrobras, agora depende de aval do TCU

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, a AGU (Advocacia-Geral da União) e o Ministério Público Federal concluíram um novo acordo de leniência com a empresa holandesa SBM Offshore, operadora de plataformas para exploração de petróleo que admitiu ter pago milhões de dólares em propina para conseguir contratos da Petrobras.

Atingida pela Operação Lava Jato, a empresa fechou o primeiro acordo com o Ministério da Transparência em julho do ano passado, prometendo fornecer informações sobre irregularidades e pagar US\$ 340 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 1 bilhão) para poder voltar a fazer negócios com a Petrobras, uma das suas principais clientes.

Mas uma câmara revisora do Ministério Público barrou o acerto em setembro, apontando falhas nas cláusulas negociadas pelo governo e pelos procuradores do Rio de Janeiro que acompanharam as conversas. As autoridades voltaram então à mesa de negociações com a SBM e nos últimos meses reviram várias cláusulas, mantendo os valores acertados com a empresa.

Para que o acordo seja assinado, falta o aval dos ministros do TCU (Tribunal de Contas da União), órgão de controle externo ligado ao Congresso. Auditores do TCU que o examinaram emitiram parecer contrário ao acordo, que será discutido em sessão reservada dos ministros do tribunal nesta terça-feira (12).

Outros órgãos de controle e advogados de empresas investigadas pela Lava Jato têm apontado o TCU como principal obstáculo à viabilização dos acordos de leniência, mecanismo criado em 2013 pela Lei Anticorrupção para acelerar investigações e oferecer benefícios às empresas que cooperarem com a Justiça.

No centro da polêmica está a necessidade de reparação dos danos causados pela corrupção. A lei obriga o TCU a cobrar reparação integral dos prejuízos sofridos pelos cofres públicos, mas não existe consenso sobre a melhor maneira de calculá-los e as controvérsias sobre o tema em geral acabam na Justiça.

A primeira versão do acordo com a SBM garantia à empresa quitação integral de danos, independentemente da análise que o TCU fizesse mais tarde ao examinar seus contratos com a Petrobras. A nova versão do acordo corrige essa cláusula para deixar claro que o valor final da reparação dependerá do TCU.

Os números definidos pelo novo acerto incluem pagamentos que a SBM deve fazer à Petrobras e descontos nos valores que ela tem a receber em contratos

firmados com a estatal antes da Lava Jato. Se um dia o TCU concluir que os danos são maiores do que US\$ 340 milhões, a SBM poderá discutir a cobrança com o órgão ou recorrer à Justiça.

A empresa fez um acordo de US\$ 240 milhões com as autoridades holandesas há dois anos, e há duas semanas topou pagar mais US\$ 238 milhões ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos para se livrar de ações criminais. Além do Brasil, a SBM admite ter pago suborno em Angola, no Cazaquistão, na Guiné Equatorial e no Iraque.

EMPREITEIRAS

As três maiores empreiteiras atingidas pela Lava Jato — Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa — também negociam leniência com o Ministério da Transparência, que em julho celebrou acordo de R\$ 574 milhões com a UTC, outra que admite ter pago propina na Petrobras.

Dezenas de executivos dessas empresas fecharam acordos de delação premiada com a Lava Jato em troca da redução de suas penas na esfera criminal. As três maiores já firmaram leniência com os procuradores, mas agora também precisam negociar com o governo federal para poder voltar a participar de licitações públicas e recuperar acesso a crédito oficial.

Num processo que examina fraudes ocorridas na construção da usina nuclear Angra 3, o TCU ameaça declarar essas empresas inidôneas, o que pode impedi-las de voltar a contratar com o setor público. As empresas tentam abrir negociações com o tribunal, que só voltará a analisar o caso no próximo ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mauro Zafalon

Título: Resíduos elevam receitas no etanol de milho

Enquanto a produção de etanol de milho ainda patina no Brasil, os Estados Unidos já deram um passo adiante.

Dado da semana passada do governo americano indica que a demanda externa por DDGS (sigla em inglês para o resíduo que fica após a industrialização do milho para a produção de etanol e que é rico em proteína e importante na fabricação de ração) é tão grande que o Usda (Departamento de Agricultura dos EUA) elevou a projeção de receitas com a exportação do agronegócio em 2018 devido a esse produto.

As exportações de grãos e de rações deverão atingir US\$ 29,4 bilhões no ano fiscal de 2018, segundo o Usda. O valor é US\$ 1 bilhão acima do previsto em agosto.

Só as rações vão atingir US\$ 7,5 bilhões no período. Em volume, serão 23 milhões de toneladas. Os americanos destinam um terço da safra de milho – próxima de 360 milhões de toneladas– para a produção de etanol.

O milho entra cada vez mais na pauta de produção de grãos do Brasil. Na safra 2017/18, a safra deverá atingir 93 milhões de toneladas.

Um dos destaques é Mato Grosso, que, apesar de líder na produção, tem baixa demanda pelo cereal.

A produção de etanol de milho no Centro-Oeste abasteceria parte do consumo de combustível da região, evitando o trânsito do produto pelo país.

Além disso, os resíduos seriam destinados tanto às empresas que se dedicam à produção de carnes no país como ao mercado externo.

A demanda externa vem crescendo, principalmente por parte da China, que eleva a produção de proteínas, mas tem dificuldades na expansão da produção de grãos.

O resultado financeiro do DDGS seria importante também para as indústrias processadoras brasileiras. A venda desses produtos representa 20% do faturamento das usinas do Estado de Iowa, nos Estados Unidos, de acordo com acompanhamento mensal da Iowa State University.

O faturamento bruto das usinas é de US\$ 1,71 por galão produzido. Desse valor, US\$ 1,36 é da venda de etanol e US\$ 0,35 da venda de DDGS.

A produção brasileira de etanol de milho soma 235 milhões de litros nesta safra na região centro-sul. A de etanol de cana atingiu 24,5 bilhões de litros, segundo a Unica.

*

Melhora no final A safra 2017/18 de cana é melhor do que se previa. As chuvas de abril, maio e novembro deram condições para a lavoura suportar o clima seco de julho e setembro, segundo Julio Maria Borges, da JOB Economia.

Produtividade Com isso, haverá alta de 1,3% no rendimento industrial, em relação ao previsto inicialmente. A JOB estima a produção de etanol em 25,4 bilhões de litros e a de açúcar em 36 milhões de toneladas na região centro-sul.

Ritmo fraco Antonio Padua Rodrigues, da Unica, diz que houve uma desaceleração da moagem no mês passado, devido às chuvas.

Opção pelo etanol Na segunda quinzena de novembro, as usinas utilizaram 63% da cana processada para a produção de etanol. A média da safra deste ano é de 53%.

Moagem As usinas processaram 568 milhões de toneladas de cana no centro-sul, com produção de 35 milhões de toneladas de açúcar e de 24,5 bilhões de litros de etanol até o fim de novembro, diz Padua.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Gasolina abaixo de R\$ 4? Saiba onde encontrar

Quem quer economizar com combustível no Distrito Federal deve ficar de olho nas promoções. Ontem ainda era possível comprar gasolina por menos de R\$ 4 em vários pontos da capital. Levantamento feito pelo Correio (veja quadro abaixo), encontrou o litro nas bombas sendo vendido a até R\$ 3,82, no Centro de Taguatinga. Em alguns postos da EPTG, é possível pagar R\$ 3,89.

O consumidor que mora ou trabalha no Plano Piloto, entretanto, não precisa ir tão longe para conseguir abastecer por um preço abaixo da média — atualmente, em R\$ 4,18. Tanto no Eixinho Sul quanto no Norte, é possível encontrar gasolina a R\$ 3,99.

Para o vigilante Isaac Belarmino, 51 anos, os preços não estão de acordo com o bolso do brasileiro. “Os aumentos são constantes e não têm nenhuma explicação aceitável. Eles estão mudando os preços de acordo com a política deles, mas que política é essa?”, questionou. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, explica que as constantes atualizações têm justificativa. “Antes existia uma política artificial, a gasolina brasileira era mais barata, mas não seguia a lógica do mercado internacional. Agora, o consumidor paga o que a Petrobras gasta lá fora”, explicou.

A expectativa de preços para o primeiro trimestre de 2018 não se difere muito da atual. “O consumidor vai ter que esperar mais um pouco para ver quedas mais expressivas nos valores do combustível”, afirmou Pires. “A tendência é de

que o preço se mantenha na mesma margem que está agora, de R\$ 4, pelo menos até o terceiro mês do ano que vem”, acrescentou.

Para não ficar no prejuízo até lá, o consumidor tem adotando táticas para economizar. “Eu já separei um tempo no meu dia a dia para enfrentar filas de postos mais baratos. Vale a pena perder 15 minutos e economizar no combustível”, comentou Belarmino.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

Reajuste

A Petrobras anunciou ontem reajuste nos preços de combustíveis nas refinarias. A gasolina terá alta de 1,4% e o diesel, de 1,8%. Os reajustes começam a valer a partir de hoje. Os ajustes de preços fazem parte da nova política adotada pela estatal em 3 de julho. Com a mudança, a companhia espera acompanhar as condições do mercado externo e enfrentar a concorrência. Agora, em vez de esperar um mês para mexer nos preços, a empresa avalia as condições internacionais e o reajuste pode ocorrer até diariamente.

Agulha no palheiro

Veja onde a gasolina está mais barata:

Posto/Endereço	Preço (R\$)
----------------	-------------

Jarjour — Eixo L 206 Norte	3,999
----------------------------	-------

Petrobras — SHS 111 Sul	3,999
-------------------------	-------

Petrobras — EPTG (sentido Taguatinga)	3,989
---------------------------------------	-------

Garantia — EPTG (sentido Taguatinga)	3,999
--------------------------------------	-------

Ipiranga — EPTG (sentido Taguatinga)	3,899
--------------------------------------	-------

Nenen's — Taguatinga Centro	3,999
-----------------------------	-------

Petrolino — Taguatinga Centro	3,829
-------------------------------	-------

Safeway — EPTG (sentido Plano Piloto) 3,899

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: ANP propõe elevar a 40% conteúdo local de contratos antigos no setor de petróleo

A política de conteúdo local para a indústria de petróleo e gás natural do país, que indicava ser um assunto pacificado dentro do governo, pode ter uma reviravolta. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) surpreendeu o mercado ontem ao propor um aumento, de 25% para 40%, da exigência de conteúdo local para a construção de plataformas, relativas a contratos de concessão anteriores a 2017.

O órgão prevê que esses contratos possam gerar a contratação de 22 novas plataformas, com investimentos totais da ordem de R\$ 480 bilhões.

O anúncio da ANP ocorre menos de uma semana depois de um grupo de fornecedores da indústria de óleo e gás do país, liderado pela Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) ter se articulado para ingressar com um projeto de lei para estabelecer uma nova política de conteúdo local para o setor, com exigências mais rígidas

Na última semana, durante a votação dos destaques da Medida Provisória 795/2017, que estende o prazo do Repetro, regime que permite a importação de máquinas e equipamentos com isenção tributária, de 2020 para 2040, deputados da base - Jerônimo Goergen (PP-RS) e Leonardo Quintão (PMDB-MG) - costuraram um projeto de lei, com o apoio da Abimaq e o do Instituto Aço Brasil, para estabelecer uma nova política de conteúdo local para o país - sinalizando uma troca pela aprovação do regime aduaneiro especial para o setor.

Ontem, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, explicou que, ao avaliar o posicionamento da indústria com relação à proposta de flexibilização das exigências de conteúdo local de contratos antigos, colocada em consulta pública em julho e prevista para ser publicada em resolução até a próxima quarta-feira, a agência decidiu fazer alterações nas metas. Com a mudança, o texto precisará de aval do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e deve ficar para abril de 2018.

Na prática, a maioria das exigências permanece a mesma: 50% de conteúdo local para exploração e desenvolvimento em terra, 18% para exploração em mar e 40% para atividades de coleta e escoamento. A mudança está na parte que trata das unidades estacionárias de produção (UEP), basicamente as plataformas de produção. A proposta anterior previa um índice global de 25% (idêntico ao praticado nas regras dos leilões realizados este ano). A nova proposta sugere a divisão desse segmento em três subgrupos (engenharia, máquinas e equipamentos e construção, integração e montagem), todos com exigência de 40%.

Com as mudanças, a ANP enviou a sugestão para o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor) e ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Na prática, é preciso a aprovação desses órgãos, para que seja publicada a resolução sobre o assunto.

Por causa desse trâmite, a agência pedirá formalmente ao Tribunal de Contas da União (TCU) um prazo de quatro meses para a publicação da resolução. Segundo Oddone, no entanto, o assunto já foi conversado com o ministro do TCU José Mucio, que já teria sinalizado verbalmente com o aval para o adiamento.

O diretor-geral da ANP disse que a mudança na proposta do "waiver" (flexibilização das exigências) de conteúdo local não tem nenhuma relação com o PL articulado pela Abimaq. Segundo ele, o objetivo da autarquia é destravar investimentos. "Temos conversado com muita gente desde julho. Queremos criar uma condição para que a indústria destrave".

A resolução de waiver de conteúdo local terá influência para mais de 200 pedidos de waivers da indústria em relação a contratos antigos. Segundo Oddone, as mudanças propostas não terão influência nos leilões futuros. "Isso não afetará o leilão de março [15ª Rodada da ANP]", afirmou o diretor, lembrando que o pré-edital do leilão, com as regras propostas, já foi divulgado.

O presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Jorge Camargo, afirmou que a entidade ainda não fez uma avaliação sobre o impacto da nova proposta da ANP, mas contou que "genericamente", ela "vai na direção oposta à do progresso".

Sobre o Repetro, após a aprovação na Câmara, a MP tem até a próxima sexta-feira para ser aprovada no Senado. Caso contrário, ela perderá sua validade.

Camargo afirmou que as críticas contrárias à extensão do Repetro não consideram a perda de investimentos que ocorrerá caso a medida não seja

aprovada. "Não havendo a renovação, a extensão, do Repetro, o que acontecerá é o fim dos investimentos, redução da produção, dos tributos. O Brasil perderá trilhões em receitas governamentais", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Murillo Camarotto | De Brasília

Título: União desiste de conselho da Eletrobras

A equipe econômica venceu uma queda de braço no governo e conseguiu mexer em um ponto sensível do projeto de lei que autorizará a privatização da Eletrobras. Por pressão do Ministério da Fazenda, que bateu de frente com as orientações dadas inicialmente pelo Palácio do Planalto, ficou fora do arranjo final um artigo que mantinha como prerrogativa da União indicar o futuro presidente do conselho de administração da empresa - mesmo depois da transferência do controle societário para a iniciativa privada.

Para a Fazenda, isso poderia ser interpretado pelo mercado como uma tentativa de interferência na companhia e tirar valor da operação. O texto definitivo do projeto de lei, que recebia ontem a assinatura eletrônica de todos os ministros envolvidos, resguarda para a União o direito de indicar apenas um dos 11 futuros integrantes do conselho. Caberá aos próprios conselheiros eleger o presidente do colegiado.

O texto anterior foi redigido com base nas orientações do próprio presidente Michel Temer, em novembro, após reunião de diversos ministros no Planalto.

O envio do projeto de lei ao Congresso Nacional depende ainda de assinatura de Temer. Como revelou o **Valor** na semana passada, ele foi aconselhado por auxiliares a esperar o resultado de julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) para uma ação judicial que tramita desde 2015 sobre o déficit de geração das usinas hidrelétricas, por causa de anos seguidos de estiagem e a queda no volume de seus reservatórios.

Já houve sinal verde dos ministérios de **Minas e Energia**, da Fazenda e do Planejamento ao texto final. Divergências em torno do montante de recursos destinados à revitalização do rio São Francisco já foram contornadas: haverá pagamento anual de R\$ 350 milhões nos primeiros 15 anos dos novos contratos de concessão das usinas que hoje operam no regime de cotas; do 16º ao 30º ano, o valor cairá para R\$ 250 milhões.

Com um investimento total de R\$ 9 bilhões em ações de recuperação da bacia hidrográfica do São Francisco, pelas próximas três décadas, o governo pretende

reverter o humor desfavorável à privatização em boa parte das bancadas nordestina e mineira no Congresso Nacional. Duas frentes parlamentares em defesa da Chesf e de Furnas, tradicionais feudos de indicações políticas, foram criadas recentemente.

Em outro gesto, destinado às bancadas de Minas Gerais e do Pará, Temer deve sancionar o aumento dos royalties da mineração. A medida provisória que tratava do assunto foi alterada durante sua tramitação e estabeleceu a cobrança de uma alíquota fixa de 3,5% sobre o minério de ferro, que desagradou às empresas. Com a sanção, o presidente quer o apoio não apenas para o projeto da Eletrobras, mas para a proposta de reforma da Previdência.

A resistência na Câmara dos Deputados à privatização da Eletrobras subiu nas últimas semanas, segundo monitoramento feito pelo governo. O plano de transferir o controle da companhia à iniciativa privada sofria a rejeição de 43,6% dos deputados, conforme sondagem feita nos dias 28 e 29 de novembro pelo Instituto FSB Pesquisa, que consultou 226 parlamentares de 25 partidos - obedecendo à proporcionalidade de cada bancada.

Isso significa um aumento superior a dez pontos percentuais na desaprovação ao plano, cujo índice era de 32,4% no fim de outubro, de acordo com levantamento semelhante. A FSB Pesquisa foi contratada pela própria Eletrobras.

Entre as duas pesquisas, o apoio à privatização caiu de 55,4% para 52,7%. No entanto, esse índice sobe para 60,4% em um cenário em que o governo adota uma "golden share" na transferência de controle. Uma ação de classe especial garantiria direito a veto do governo em decisões da empresa consideradas estratégicas. O projeto precisa de maioria simples na Câmara e no Senado.

O maior percentual de apoio à privatização está no PSDB (90,5%). Depois estão o PP (70%) e o DEM (69,2%). No PMDB, partido de Temer, há aprovação de apenas 61,5% da bancada. Vários partidos da base aliada - como PSD, PR e PRB - se mostram divididos. A maior oposição, mas não unânime, se encontra no PT: há apenas 4% de apoio à ideia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: MP do risco hidrológico poderá ser editada nesta semana

O Ministério de Minas e Energia (MME) insiste na importância da publicação da MP que vai tratar da judicialização em torno do risco hidrológico (medido pelo

fator GSF, na sigla em inglês), a despeito da resistência encontrada na Casa Civil. Na sexta-feira, o **ministro Fernando Coelho Filho** assinou o documento, apurou o **Valor**. No entanto, a MP ainda está na Casa Civil para "ajustes". O texto foi finalizado pelo MME há mais de um mês, mas uma queda de braço entre a pasta de Energia e a equipe econômica tem atrasado a publicação.

A reportagem também apurou que há uma discordância entre a pasta e a Casa Civil, que preferia esperar avaliação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre ação movida pela associação de geradores hidrelétricos que garante a limitação do risco hidrológico. Na visão do MME, a decisão do STF não resolveria a questão.

A expectativa no ministério é que a MP seja publicada ainda esta semana, quando o projeto de privatização da Eletrobras também deve chegar ao Congresso.

A MP estava parada na Casa Civil enquanto as partes tentavam chegar a um acordo. Assinado pelo ministro Coelho Filho, o texto foi finalizado e reenviado à Casa Civil, que deve encaminhar para o Congresso ainda nesta semana, segundo uma fonte ligada à equipe energética. Segundo outra fonte, também ligada ao MME, a MP "está na fila" para sair "a qualquer momento." A assinatura do ministro indica que a pasta está confiante de que vai vencer a resistência da Casa Civil.

Na semana passada, reportagem do **Valor**, mostrou que o governo pretendia segurar a publicação da MP enquanto aguardava decisão do STF. Se a liminar for derrubada, as demais liminares também devem cair, acabando com a batalha judicial que já dura três anos.

No Ministério de Minas e Energia, a visão é outra. Mesmo no cenário em que o Supremo decida a favor do governo, a MP é tida como fundamental para a reestruturação do setor elétrico e também para a privatização da Eletrobras. Fontes ouvidas pelo **Valor** explicam que sem a MP a desestatização terá mais riscos.

O GSF é apontado como o problema mais urgente no setor elétrico hoje, devido à guerra de liminares que já travou R\$ 4,66 bilhões em valores no mercado de curto prazo de energia. O problema afeta o setor desde 2014. Com o cenário hídrico desfavorável, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) despacha mais termelétricas na base e determina que as hidrelétricas gerem apenas um percentual das respectivas garantias físicas. A projeção mais recente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indica um GSF médio de 79% em 2017.

Isso significa que as usinas só poderão gerar 79% das garantias físicas. Uma usina que tenha 100 MW médios de garantia física só vai gerar 79 MW médios. Se a empresa tiver vendido 95 MW médios, vai precisar comprar os 16 MW médios faltantes, ou ficará exposta ao mercado livre, no qual o preço está por volta de R\$ 220 por megawatt-hora (MWh), e chegou a R\$ 533/MWh nos últimos meses.

A MP permitirá que as usinas que decidam aderir à proposta tenham concessões estendidas por até 15 anos. Em troca, terão de abrir mão das limitações que limitam os efeitos do GSF nas contas.

Essa solução para o GSF é fundamental para a privatização da Eletrobras, que ficará com mais de 14 gigawatts (GW) descontratados na carteira, se tudo der certo. Essa energia hoje é alocada no chamado regime de cotas de garantia física e potência, que remunera os geradores apenas pela operação e manutenção das usinas. O problema é que, nesse caso, o GSF é alocado aos consumidores, que acabam pagando tarifa muito maior.

A privatização da companhia depende da "descotização" dessa energia, que poderá ser vendida às distribuidoras ou no mercado livre. A gestão do GSF será feita pela Eletrobras. Sem a solução prevista pela MP, o risco será maior, o que vai fazer com que os investidores aceitem pagar menos pelas ações no aumento de capital que vai diluir a participação da União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Projetos do PPI ignoram a gestão de riscos climáticos

A gestão de riscos climáticos não está incorporada nos projetos inseridos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o principal programa de infraestrutura do governo Temer. Projetos portuários, por exemplo, não consideram a elevação do nível do mar. Nos planos de construção de ferrovias não há projeções sobre as safras de grãos no futuro. Na construção de hidrelétricas não se leva em conta o risco hidrológico.

"O Brasil não tem estratégia de desenvolvimento carbonizado,

quanto mais descarbonizado", diz Natalie Unterstell, autora do relatório "Decisões Sobre Infraestrutura Considerando Riscos Climáticos: Guia Prático Para Decisões Com Impacto no Longo Prazo no Brasil", feito em parceria com o WWF-Brasil.

As perdas anuais com desastres naturais são estimadas em mais de R\$ 9 bilhões, segundo estudo de pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Ceped) da Universidade Federal de Santa Catarina. Mensalmente, as perdas são próximas a R\$ 800 milhões. Atualmente, 25% das cidades brasileiras estão com estado de calamidade pública decretada - por seca, chuva, ou por ambas.

Natalie Unterstell, administradora de empresas e atual coordenadora da câmara de adaptação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, analisou 93 dos projetos do PPI - rodovias, hidrelétricas, ferrovias, terminais portuários, aeroportos, linhas de transmissão. "Era um conjunto razoável de concessões novas, ou que seriam renovadas. Mas nenhuma considera a mudança climática na gestão de risco", afirma.

Ela diz que, por conta do aumento do nível do mar, o porto de Roterdã foi elevado em cinco metros. Uma seca que praticamente inviabilizou uma hidrelétrica em Uganda fez com que o Banco Africano de Desenvolvimento elaborasse um manual onde a mudança do clima é colocada em perspectiva em qualquer investimento. "No Brasil, os técnicos do Planejamento argumentam que os cenários climáticos são incertos. Mas projetar PIB ou inflação para planejar a concessão de infraestrutura em 40 anos também é incerto", diz ela.

O documento de 60 páginas descreve experiências adotadas em países com suas metodologias de gestão de riscos. "Ao assegurar uma infraestrutura planejada, que se prepara para lidar com eventos extremos, estaremos evitando perdas econômicas altíssimas", diz Mauricio Voivodic, diretor-executivo do WWF-Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão | De Brasília

Título: Construção prevê expansão de 2% em 2018

O setor da construção civil trabalha com estimativa de crescimento de 2% para o próximo ano, mas esse resultado só virá, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), se o governo adotar medidas que reduzam a insegurança jurídica, como regulamentação de distrato, e possibilite a capitalização da Caixa, para que ela possa alavancar as operações de crédito. Caso nada seja feito, o segmento espera mais um desempenho negativo. Neste ano, a retração esperada é de 6%.

O setor reclama de aumento de custos, como do material asfáltico fornecido pela Petrobras, que pode paralisar obras de manutenção e ampliação de

rodovias no próximo ano. Os reajustes do insumo I deixarão de ser anuais e passarão a mensais, o que terá impacto nos custos de contratos ajustados a cada 12 meses.

Para se ajustar à variação dos preços internacionais, a Petrobras informou que, a partir de 2018, o material asfáltico terá reajuste mensal de 8% até abril. O material asfáltico tem um peso de 45% do custo da obra da manutenção de rodovia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Samarco obtém licença para obras em nova cava

A mineradora Samarco obteve ontem duas das licenças ambientais de que precisa para poder voltar a operar. A empresa está parada desde o desastre ocorrido em novembro de 2015 quando a barragem de Fundão, que armazenava rejeito de minério de ferro, desmoronou.

Por onze votos a um, os membros do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), ligado à Secretaria de Meio Ambiente de Minas, concederam à empresa a licença prévia e a licença de instalação referente à cava Alegria Sul.

A cava é um imenso buraco de onde a Samarco vinha retirando minério de ferro até a tragédia. Fica no complexo da empresa na cidade de Mariana, em Minas Gerais, mesmo local onde estava a barragem de Fundão.

O plano é usar Alegria Sul para depositar rejeito, quando a empresa voltar a produzir. Com as duas licenças, a mineradora poderá iniciar as obras de adaptação e ampliação da cava. Os trabalhos devem levar seis meses, segundo a companhia.

Para, de fato, voltar a operar, a mineradora dependerá da concessão da licença da operação da cava e também de uma licença mais ampla, que valerá para todo o empreendimento. Na semana passada e ontem ocorreram audiências públicas sobre a licença global.

Não há previsão clara sobre quando a Samarco, empresa da Vale e da BHP Billiton, terá condições de religar suas máquinas em Mariana. Mas um horizonte considerado por membros do Ministério Público é de que isso ocorra no segundo semestre de 2018.

Durante a sessão de ontem do Copam, ocorrida de manhã, os únicos participantes que levantaram questionamentos sobre as licenças foram Francisco Generoso, promotor do Ministério Público de Minas, e a conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, que integra o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc-CBH).

Os dois falaram a respeito de um laudo do processo que estaria com validade suspensa e também sobre a importância de levar a discussão sobre as licenças a representantes de todos os municípios afetados pelo rompimento de Fundão. A conselheira foi voto vencido. O promotor não tem direito a voto.

Os demais conselheiros defenderam seus votos argumentando, de modo geral, que as medidas técnicas planejadas pela Samarco são seguras e que há uma demanda social, de emprego e renda em Mariana e região, para que a empresa seja reativada. O prefeito da cidade, Duarte Júnior, pediu condenação dos culpados pelo desastre, mas disse que a cidade precisa da companhia de volta.

Com uma profundidade que chega a 72 metros, Alegria Sul tem hoje capacidade de armazenar 17 milhões de metros cúbicos de rejeito. A Samarco planeja aumentar ainda a capacidade da cava e usá-la por cerca de cinco anos. Após esse período, a empresa já teria uma solução de mais longo prazo para lançar seus rejeitos. No primeiro ano, será lançado na cava rejeito úmido e a partir do segundo, conforme o planejado, rejeito seco.

Segundo informações da Samarco, sua reserva de minério de ferro em Mariana medida em 2015 era de 3 bilhões de toneladas. No ritmo de produção que vinha antes do desastre, a empresa teria ainda mais 43 anos de operação. Mas a retomada das operações será gradual. A Samarco terá de cumprir algumas condições impostas pelo órgão ambiental para voltar a operar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Agetransp não dá aval a conta parcial da Supervia

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp) informou não ter dado aval para o pagamento parcial da conta de energia que vem sendo efetuado pela Supervia à Light. Segundo a autarquia, qualquer eventual desequilíbrio econômico-financeiro no contrato da concessionária de transporte ferroviário será analisado na próxima revisão tarifária da companhia, em novembro de 2020.

Em reportagem publicada pelo **Valor** na última semana, sobre o processo judicial movido pela Light contra a Supervia por uma dívida de R\$ 38 milhões relativa a faturas de energia não pagas, a Supervia informou que, com relação à conta de energia, está pagando atualmente o valor que está dentro do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato, deixando em aberto uma parcela de aproximadamente de 10% a 15%, com o aval da agência reguladora estadual.

Segundo a Agetransp, o aumento excepcional do custo de energia, que causou o desequilíbrio do contrato de concessão da Supervia, foi contemplado nos estudos de revisão quinquenal da tarifa da companhia, relativa ao período de novembro de 2010 e novembro de 2015, com a homologação da tarifa de R\$ 4,20.

"De acordo com o contrato de concessão, a próxima avaliação de equilíbrio econômico-financeiro somente se dará ao fim do quinquênio em curso, ou seja, em novembro de 2020. Cabe ressaltar que não há, portanto, qualquer 'respaldo' da Agetransp relacionado a pagamentos parciais referentes à energia elétrica", informou a Agetransp, em nota.

No fim de novembro, o juiz Paulo Assed Estefan, da 4ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, entendeu que, da dívida de R\$ 38 milhões, a Supervia é responsável por 31,35%. O restante é relativo ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da empresa e deve ser equacionado pelo governo do Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

CSN em Volta Redonda

A CSN reiterou, em comunicado divulgado ontem, que tem mantido nos últimos meses entendimentos com órgãos ambientais do Rio de Janeiro para cumprimento das obrigações referentes à Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ). Na sexta-feira, a CSN obteve autorização ambiental para manter, em caráter provisório, a operação da usina, com validade de 180 dias. A siderúrgica destacou que uma auditoria especializada e independente atestou formalmente 12 dos 15 itens do plano de ação do Termo de Ajustamento de Conduta (TACs), que outros dois itens foram considerados procedimentos de rotina que vêm sendo cumpridos, e um permaneceu em análise. O item em análise foi levado ao judiciário e a CSN obteve decisão liminar favorável.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaque

IPO da BR Distribuidora

A BR Distribuidora já conseguiu atrair demanda suficiente para cobrir o volume de papéis colocados à venda na oferta inicial de ações, segundo o Valor apurou com duas fontes. Essa demanda se dá para o piso da faixa indicativa de preço, que vai de R\$ 15 a R\$ 19. Com isso, a Petrobras poderia levantar com a venda de uma fatia da BR Distribuidora cerca de R\$ 4,368 bilhões, considerando apenas o lote básico. A fixação do preço dos papéis ocorre amanhã. A demanda já supera em 20% o volume colocado à venda. (Carolina Mandl)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Juliana Schincariol | Do Rio**Título:** Petros pode ser assistente de acusação do MPF em processos de J&F e Eldorado

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, deu o primeiro passo para que possa eventualmente atuar como assistente de acusação do Ministério Público Federal (MPF), em eventuais processos que venham a ocorrer com a J&F, empresa dona da JBS, e também da Eldorado Celulose - companhia em que detinha uma fatia por meio do FIP Florestal.

O fundo de pensão informou que vai solicitar ao MPF a celebração do chamado termo de adesão institucional. Isso permitirá que tenha amplo acesso a todos os documentos e elementos de prova colhidos ao longo do acordo de leniência e, inclusive, atuar como assistente de acusação. A Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, já tem atuação semelhante.

A Petros também informou que a multa de R\$ 1,75 bilhão a ser paga pela J&F, resultado do acordo de leniência da empresa com o MPF, irá para o caixa do PPSP, plano de benefício definido e que concentrou os investimentos no FIP Florestal. Esses valores vão contribuir para reduzir a chance de novos equacionamentos daqui para frente - mas não vai ter impacto sobre o plano atual, que aguarda aprovação final para ser implementado, e visa cobrir o rombo de R\$ 27,7 bilhões entre 2013 e 2015, atualizado até o final de 2017.

"Qualquer recurso recebido após a divulgação do balanço anual daquele ano [2015] não interfere no valor a ser equacionado. De acordo com a legislação, a

revisão de valores durante a vigência de um equacionamento, com o objetivo de desonerar as partes quanto ao pagamento das contribuições extras, é permitida somente quando o plano de benefício registrar equilíbrio atuarial - esse, no entanto, não é o caso do PPSP no momento", disse a Petros em nota.

A fundação aguarda a liberação do depósito em juízo, pela 10ª Vara da Justiça Federal (DF), para que seja efetuado o pagamento da primeira parcela, de R\$ 8,4 milhões. As próximas serão entregues em um prazo de 25 anos. Serão mais quatro parcelas semestrais do mesmo valor e outras 22 anuais, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020.

O fundo de pensão da Petrobras afirmou que a indenização estabelecida pelo MPF no acordo de leniência não impede que, futuramente, entre com ação contra a J&F para eventual ressarcimento, "caso as investigações apontem que irregularidades levaram a fundação a registrar prejuízos com o investimento em FIP Florestal", disse.

MME / ASCOM .